

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

<i>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes.</i>	
Entidade	Nome
4º Cia de Polícia Ambiental	Fábio da Nobrega
ASSEMAE	Fabiane C. da C. Santiago
	Maria das Graças Martini
	Marco Antônio dos Santos
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto S. Tinel
ABES-SP	Luis E. G. Grisotto
AAEAA de Amparo	Wilhelm Wulff Poloni
Associação dos Atrativos do Salto	p/ Paulo Henrique Pereira
AEJ	Jaime Ramiro
AESABESP	Marcia Nunes
CETESB	Zoraide de S. S. Carnicel
CIESP – DR Bragança Paulista	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Indaiatuba	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP- DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP- DR Piracicaba	p/ Alexandre Luis A. Vilella
Consórcio PCJ	Francisco C. Castro Lahóz
COPASA	Waldir Souza
DAEE	Leonildo Ednilson Urbano
	Sebastião Vainer Bosquilia
FIESP	Alexandre Luis A. Vilella
FIEMG	p/ Paulo Henrique Pereira
IEF	Raquel Junqueira Costa
IPSA	Waldemar Bóbbo
P.M de Atibaia	Fabiane C. da C. Santiago
P.M de Capivari	José Luiz Cabral
P.M. de Cordeirópolis	Amarildo Antonio Zorzo
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	Patrus Bartholomeus Well
P.M. de Itapeva	p/ Paulo Henrique Pereira
P.M. de Itatiba	p/ Jezabel M. F. Azevedo
P.M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato
	Irineu Gastaldo Junior
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Louveira	Verônica Sabatino Caldeyro
P.M. de Piracicaba	Gabriel Ferrato dos Santos
P.M de Salto	Paulo Takeyama
P.M. de Socorro	p/ Felipe Augusto Braz
P.M. de Valinhos	Clayton Roberto Machado
SAA	Denis Herisson da Silva
SABESP	p/Almir A. de S. Andrade
	Antonio Carlos Teixeira
Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima
Secretaria de Planejamento	Adriana Gomes Freitas
SMA	Egberto da Fonseca Casazza
Sindareia	Jorge Edison Di Rito

SR Limeira	Nilton Piccin
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SINMEC	José Maria do Couto
SSRH	Leonildo Ednilson Urbano
SRHU/MMA	Adriana Lustosa
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
CETESB	Maria da Penha de O. Alencar
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
P.M. de Camanducaia	Thais Scognamiglio
P.M. de Morungaba e P.M de Nazaré Paulista	Michele Consolmagno
Secretaria da Saúde	Luis Alberto Buschinelli

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2016, nas dependências do Teatro Municipal Dona Zenaide, em Jaguariúna/SP, realizou-se a 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; 5 PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 116 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, 10 conforme “Relação dos Membros dos Plenários Presentes” apresentada e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta 15 conforme segue: Vicente Andreu Guillo (Diretor-presidente da Agência Nacional de Águas); Tarcísio Cleto Chiavegato (Prefeito Municipal de Jaguariúna); Gabriel Ferrato (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ 20 FEDERAL); Amarildo Antonio Zorzo (Prefeito Municipal de Cordeirópolis); Clayton Roberto Machado (Prefeito Municipal de Valinhos); André Henrique Rogério (Vice-prefeito eleito da cidade de Piracaia.); Marco Antonio dos Santos (Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do 25 PCJ FEDERAL); José Maria do Couto (Vice-presidente do CBH-PJ); Leonildo Ednilson Urbano (Secretário-executivo dos Comitês PCJ); Paulo Takeyama (Superintende do Serviço de Água e 30 Esgoto de Salto) e Sergio Razera (Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ. **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Cerimonial convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o 35 Hino Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos membros da mesa:** O Cerimonial cumprimentou a todos e agradeceu a cessão do espaço. A seguir, passou a palavra ao Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sr. Sergio



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

- 40 Razera, que cumprimentou a todos, e enfatizou que o diferencial dos Comitês PCJ é participação ativa dos prefeitos das Bacias PCJ, que dá uma qualidade especial para as atividades deste comitê. A seguir, passou a palavra ao Vice-presidente do
- 45 CBH-PJ, Sr. José Maria do Couto, que deu boas-vindas a todos, desejando um excelente trabalho e profícuos resultados. Posteriormente, o cerimonial passou a palavra ao Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, Sr. Marco
- 50 Antonio dos Santos, que saudou a todos e manifestou sua satisfação pelo trabalho realizado pelos Comitês PCJ e das conquistas alcançadas por este colegiado. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Paulo Takeyama, superintendente do SAAE de
- 55 Salto, que cumprimentou a todos e destacou a importância das discussões da presente reunião para as Bacias PCJ e a seriedade nos trabalhos desenvolvidos por este colegiado, e justificou a ausência do Sr. Juvenil Cirelli, Prefeito Municipal de Salto. Após, o Cerimonial passou a palavra ao
- 60 Vice-prefeito eleito da cidade de Piracaia, Sr. André Henrique Rogério que agradeceu a presença de todos e destacou da importância das discussões e decisões tomadas pelos Comitês PCJ, face aos desafios enfrentados pelas Bacias PCJ, na gestão
- 65 de recursos hídricos. Concluiu desejando uma boa reunião a todos. Na sequência passou a palavra ao Prefeito Municipal de Valinhos, Sr. Clayton Machado, que cumprimentou a todos e evidenciou a sua satisfação com o trabalho dos Comitês PCJ e
- 70 ressaltou o destaque a nível nacional dos trabalhos executados para a gestão de recursos hídricos. O Cerimonial passou a palavra para o Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Sr. Amarildo Antonio
- 75 Zorzo, que cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de estar participando da presente reunião e da orientação que os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ oferece aos municípios das Bacias PCJ na gestão dos recursos hídricos. Na
- 80 sequência passou a palavra ao Prefeito Municipal de Jaguariuna, Sr. Tarcísio Cleto que cumprimentou a todos, dando boas vindas, enfatizando o desejo de que a presente reunião consiga refletir os desejos e os anseios da região
- 85 das Bacias PCJ. Após, o Cerimonial passou a palavra para o Diretor-presidente da Agência Nacional de Água, Vicente Andrew, que saudou a todos, discorreu sobre a temática água e suas perspectivas para trabalhos curto e longo prazos.
- 90 Sobre o Sistema Cantareira, explicou as tratativas e os trabalhos desenvolvidos sobre a renovação da outorga até a presente data. O Cerimonial passou a palavra ao Sr. Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e
- 95 do PCJ FEDERAL), que cumprimentou a todos e ressaltou a importância das discussões no âmbito dos Comitês PCJ, desejando sucesso aos trabalhos a serem realizados na presente reunião. Posteriormente, o Cerimonial passou a palavra ao
- 100 Secretário-executivo dos Comitês PCJ, Sr. Leo Urbano, que deu início aos trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. Na sequência, o Sr. Leo Urbano, justificou a ausência
- 105 do Sr. Jefferson Benedito Rennó (Prefeito Municipal de Sapucaí-mirim, Presidente do CBH-PJ e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL). Na sequência, o Sr. Leo Urbano informou que na presente reunião serão assinados os contratos FEHIDRO para projetos de demanda espontânea nas Bacias PCJ, exercício 2016, pelo
- 110 Departamento de Águas e Esgoto de Valinhos; Serviço de Água e Esgoto de São Pedro; Serviço de Água e Esgoto de Cordeirópolis; e Saneamento Básico de Vinhedo. Diante do exposto, o Cerimonial convidou os representantes dos municípios para assinarem seus respectivos contratos.
- 115 **3. Informes: 3.1. da Secretaria Executiva (SE):** Sr. Leo Urbano iniciou informando que, considerando o calendário de atividades sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, divulgado pelos órgãos gestores Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em 28/03/16, e pela divulgação da proposta Guia Preliminar em outubro de 2016, o
- 125 GT- Renovação, criando no âmbito da CT-PL, se reuniu no dia 17/10/2016, para discutir sobre a proposta Guia Preliminar da Renovação da Outorga do Sistema Cantareira, sendo entregue aos órgãos gestões na data de 21/10/2016. Na sequência apresentou o documento proposto pelo
- 130 GT-Renovação. O Sr. Leo Urbano cientificou ao plenário que no final de junho de 2016 os Comitês PCJ receberam o clipping Eletrônico da Rede Brasil Atual, sobre um relatório que denuncia a falta de transparência dos órgãos gestores dos recursos hídricos, principalmente sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, onde
- 140 apesar das falhas de páginas eletrônicas de alguns órgãos, as páginas do Ministério Público Estadual de São Paulo, do Ministério Público Federal, do Comitê de Bacia Hidrográfica PCJ (Piracicaba, Capivari, Jundiá) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) foram considerados altamente transparentes. Na sequência apresentou o documento. O Sr. Leo Urbano informou que a
- 145



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

Fundação Florestal encaminhou o Ofício DE nº 1078/2016, datado de 16/08/2016, para a SE-PCJ, informando sobre a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN São Elias, no município de Capivari, pertencente às Bacias PCJ e solicitando o apoio dos Comitês PCJ no sentido de prestigiar e convergir esforços para ações de apoio à RPPN em questão. Assim os Comitês PCJ se manifestaram e deu a publicidade que o assunto merece nos grupos de trabalho, câmaras técnicas e plenários para que o mesmo seja avaliado e discutido com a atenção que o caso requer, principalmente nas instâncias dos Comitês PCJ que tratam da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais. O Sr. Leo Urbano lembrou ao plenário que através do Ofício Comitês PCJ nº 113/2016, datado de 11 de abril de 2016, foi indicado para representar como membro TITULAR do Décimo Primeiro Grupo, correspondente às bacias dos Rios Piracicaba/Capivari/Jundiá e Tietê/Sorocaba, junto ao CONESAN, para o período de 2016 à 2018 o Sr. Denis Eduardo Andia, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste/SP. Em 31 de maio de 2016, foi protocolado na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, o Ofício nº 40/2016–Gabinete, datado de 18 de maio de 2016, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste/SP, solicitando o afastamento deste cargo devido a desincompatibilização para as eleições municipais 2016. Diante do exposto, informou que na data de 24 de junho de 2016, foi realizada a 17ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, onde foi realizado o processo de eleição, presencial, com os representantes dos municípios membros do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ), para indicação do prefeito municipal representante dos municípios do CBH-PCJ no Décimo Primeiro Grupo de bacias hidrográficas, integrante do plenário do Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN), porém devido a eleições municipais 2016, nenhum dos prefeitos municipais demonstraram interesse na participação do referido Conselho, ressaltando, assim, que o CBH-PCJ não indicará nenhum prefeito municipal para o referido Conselho, neste momento. O Sr. Leo Urbano informou que de 13 a 16 de setembro de 2016, na UNESP Rio Claro, a Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ em parceria com a FUNASA, promoveu a capacitação de técnicos de municípios das Bacias PCJ quanto aos processos e tecnologias envolvidas nos Planos de Segurança da Água – PSA. Ressaltou que o Plano de Segurança da Água

(PSA) é uma diretriz da OMS a ser aplicada como ferramenta de avaliação e gestão de risco em sistemas de abastecimento de água; que privilegia uma abordagem preventiva, que identifica riscos no sistema de distribuição de água, desde o manancial até à torneira do consumidor, prioriza esses riscos e implementa controles para mitigá-los; introduz também processos para validar e verificar a eficácia do sistema de controle implementado e a qualidade da água produzida. O PSA está previsto na Portaria MS nº 2914/2011, é uma ferramenta mais atualizada de gestão para garantir a água segura. Na sequência o Sr. Leo Urbano parabenizou em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, a CT-SAM pelo trabalho realizado. O Sr. Leo Urbano informou que a Fundação José Pedro de Oliveira em parceria com a Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ realizou nos dias 29 e 30 de novembro o II seminário de áreas protegidas das Bacias PCJ. O evento que contou com o apoio da PM de Campinas, da UNICAMP e da Agência das Bacias PCJ, teve o objetivo de promover a articulação das áreas protegidas das Bacias PCJ possibilitando o planejamento de ações conjuntas que contribuam para a boa gestão desses espaços. Na sequência o Sr. Leo Urbano parabenizou em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, a CT-RN pelo trabalho realizado. O Sr. Leo Urbano informou que encontra-se aberto o Processo Eleitoral para a eleição dos membros dos Comitês PCJ para o Mandato 2017/2019. As entidades interessadas em participar deverão protocolar os documentos até 11/01/17, conforme os termos do Edital, aprovado por meio da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 254/16, de 11/11/2016. Mais informações ou esclarecimentos de dúvidas na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que ocorreu reunião no dia 07/12/16, nas dependências da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT, com representantes dos comitês de bacias que possuem áreas envolvidas no Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira do Sistema Produtor de Água para o Polo Sorocaba / São Paulo / Campinas, denominado “Macro metrópole II”, onde foi informado por representantes da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH, sobre os objetivos e o processo de contratação do referido estudo sobre as áreas e os comitês de bacias envolvidos no trabalho, em questão; e sobre os custos necessários e as fontes dos recursos financeiros para a contratação e



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

260 elaboração do mesmo. Na sequência, o Sr. Alexandre Vilella, representante da FIESP, pediu a palavra e solicitou que, tendo em vista que as Bacias PCJ são parte diretamente interessada no trabalho e considerando a relevância e importância do assunto, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, solicite à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SSRH) a participação de representantes dos Comitês PCJ nas discussões acerca do Estudo acima mencionado. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** o Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que no dia 22/09/2016, a Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ foram contemplados com o Prêmio Instituto Trata Brasil "Casos de sucesso em Saneamento Básico e Perdas de Água". O Sr. Sergio Razera informou que a ANA contratou a OCDE-Organização para 275 Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que está realizando estudos sobre aplicação de instrumentos econômicos para gestão de recursos hídricos no Brasil. O Sr. Sergio Razera informou que a Diretoria da Agência das Bacias PCJ participou do Encontro de Entidades Delegatárias na cidade de Resende/RJ, destacando que a ANA está analisando a possibilidade de que seja estabelecido o financiamento reembolsável, no sentido de elevar o montante de recursos para investimentos, sendo que a proposta será enviada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Sergio Razera, informou sobre o Parecer PGE favorável à inclusão dos usuários inadimplentes da cobrança estadual paulista pela Agência das Bacias PCJ no CADIN. Informou também o parecer dos técnicos do TCE/SP referente à aprovação das contas do exercício 2015 da Agência das Bacias PCJ, o qual ainda será submetido ao Conselheiro Relator, esclarecendo que a Secretaria da Fazenda está analisando o parecer PGE, a fim de fornecer instruções sobre os procedimentos para inclusão no CADIN. O Sr. Sergio Razera, informou que uma das metas do Contrato de Gestão, firmado com a Agência Nacional de Águas (ANA), diz respeito à avaliação dos membros dos Comitês PCJ sobre a atuação da Agência PCJ. Diante desta exposição o Sr. Sérgio solicitou a todos que preencham e devolvam a ficha de questionário de avaliação dos trabalhos da Agência PCJ, que foi distribuída. Na sequência o Sr. Sergio informou que o Relatório de Gestão do exercício 2015, está sendo entregue na reunião e que o documento está disponível no site da Agência das Bacias PCJ, para consulta. O Sr. Sergio convidou a todos para o plantio festivo, no

310 dia 17/12/2016, no Centro Comunitário do Bairro Palmeiras, em Holambra, em comemoração ao início das ações no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ, com realização pela 315 a Agência das Bacias PCJ, os Comitês PCJ e o Programa Nascentes de Holambra. **3.3. dos Membros do Plenário:** Na sequência o Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Luis E. G. Grisotto, representante da ABES-SP, que cientificou aos plenários, que foi lançada a 29ª edição do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que acontecerá em 2017, em São Paulo, que estará recebendo trabalhos técnicos até o dia 12/01/2017, e convidou a todos para participarem. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Ata da reunião realizada no dia 24/06/2016, nas dependências do Portal dos Sonhos Eventos, no município de Extrema/MG:** O Sr. Leo Urbano explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Extrema/MG, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade e sem alterações. **4.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 255/16, de 16/12/2016: "Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ":** O Sr. Leo Urbano lembrou que as deliberações ad referendum são discutidas e aprovadas em reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), em virtude da necessidade de atendimento das demandas mais urgentes dos Comitês PCJ, devendo as mesmas ser referendadas pelos Plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano detalhou a Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 253/16, de 20/09/2016, informando que considerando a renovação os membros do CBH-PJ para o mandato de 2017-2021 do CBH-PJ, existiu a necessidade de instituir uma Comissão Eleitoral composta por representantes do CBH-PJ para conduzir o processo eleitoral junto com o IGAM, até a data de 23/09/2016, cabendo a essa Comissão Eleitoral a prática de todos os atos de coordenação, de análise e decisão de cadastramento/inscrição, julgamento de recursos e impugnações, de direção das reuniões, de apuração de resultados, entre outros pertinentes à condução do Processo do CBH-PJ. Diante do exposto, informou que devido ao prazo de realização da reunião Plenárias dos Comitês PCJ, estar agendada para o mês de dezembro de 2016, a Agência das Bacias PCJ, que acompanha as ações na Bacia PJ, solicitou



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

365 autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, para
que a indicação da Comissão Eleitoral do PJ, fosse
expedida “ad referendum”, sendo indicados os
representantes da Comissão Eleitoral eleitos no 8º
encontro do CBH-PJ, realizado no dia 20/09/16 em
Camanducaia/MG: Poder Público Estadual: a Sra.
370 Raquel Junqueira Costa, representante do Instituto
Estadual de Florestas – IEF; Poder Público
Municipal: a Sra. Thais Scognamiglio Campos
Lourenço, representante da Prefeitura Municipal de
Camanducaia; Entidades da Sociedade Civil: Sr.
375 José Carlos Zambone, representante Associação
dos Atrativos do Salto; Representante dos
Usuários: Sra. Laene Fonseca Vilas Boas ,
representante Federação das Indústrias do Estado
de Minas Gerais - FIEMG. Na sequência o Sr. Leo
380 Urbano explanou sobre da Deliberação Ad
Referendum dos Comitês PCJ nº 254/16, de
11/11/2016, apresentando a deliberação sobre o
processo eleitoral dos Comitês PCJ, pontuando as
principais alterações propostas pelo GT-Eleições,
385 que definiu prazos, normas, procedimentos e
critérios para orientar o processo de escolha dos
representantes dos órgãos e entidades
governamentais, dos municípios, dos usuários de
recursos hídricos e das organizações civis da área
390 de atuação dos Comitês PCJ, de forma a se garantir
a realização de processo integrado de eleição dos
seus membros, conforme dispositivos constantes
nos Regimentos Internos do PCJ FEDERAL e do
CBH-PJ, e no Estatuto do CBH-PCJ. O Sr. Leo
395 Urbano lembrou que, conforme dispositivos
constantes nos Regimento Interno do CBH-PJ, os
representantes dos segmentos mineiros localizados
na área de atuação do Comitê da Bacia
Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-
400 PJ), interessados em compor a plenária do referido
comitê, participarão do processo eleitoral de
acordo com Edital a ser disponibilizado pelo
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM,
bem como atendendo as normas estabelecidas na
405 Deliberação Normativa CERH nº 52, de 30 de
junho de 2016. Ressaltou que membros titulares, e
respectivos suplentes, da parcela mineira das
Bacias PCJ, eleitos para a plenária por meio do
Processo de Eleição do CBH-PJ realizado pelo
410 Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM,
ficarão automaticamente indicados para compor o
plenário do PCJ FEDERAL, para o mandato 2017-
2021, com direito a voz e voto. Durante a Reunião
Plenária dos Comitês PCJ, do dia 31/03/2017, os
415 representantes do Governo do Estado de Minas
Gerais, eleitos para o plenário do CBH-PJ, deverão
indicar os seus representantes para ocupar os

cargos da Diretoria do CBH-PJ, conforme
deliberação dos Plenários, durante a reunião
420 mencionada, com mandato de 02 (dois) anos. Os
representantes formalmente indicados pelos órgãos
e entidades dos poderes públicos federal e estadual
paulista para comporem os Plenários do CBH-PCJ
e do PCJ FEDERAL, para o mandato 2017-2019,
425 serão empossados na Reunião Plenária dos
Comitês PCJ, do dia 31/03/2017. O Sr. Leo
Urbano cientificou que o local para obtenção da
relação de documentos e formulários para
inscrição, protocolo da documentação de inscrição,
430 bem como as informações pertinentes ao processo
eleitoral será a Fundação Agência das Bacias PCJ,
através de seu sítio eletrônico e em suas
dependências, em Piracicaba. Informou que a
Comissão Eleitoral dos Comitês PCJ é composta
435 pelos seguintes membros: Vice-Presidente do
CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL,
que será o seu coordenador; Secretaria Executiva
dos Comitês PCJ (Secretário-Executivo dos
Comitês PCJ e Secretário-Executivo Adjunto do
440 CBH-PCJ); do segmento setor “Usuários de
Recursos Hídricos”: Associação Nacional dos
Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE;
Sindicato Rural de Rio Claro; Federação das
Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; do
445 segmento “Organizações Cívicas”: Titular: Rotary
Internacional D-4590 e Suplente: Fórum das
Américas; do segmento dos “Municípios”: Titular:
Prefeitura Municipal de Jundiá; do segmento dos
“Órgãos de Governo”: Companhia de Saneamento
450 Básico do Estado de São Paulo – SABESP; e os
membros da Comissão Eleitoral, composta no
âmbito do CBH-PJ, aprovados por meio da
Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº
253/16, de 20/09/16. Posteriormente aos
455 esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra
para manifestações dos membros do plenário e,
não havendo, colocou a Minuta de Deliberação dos
Comitês PCJ nº 255/16 que “Referenda Atos dos
Presidentes dos Comitês PCJ” em votação, sendo a
460 mesma aprovada por unanimidade. **4.3. Minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 256/16, de
16/12/2016, que “Elege e empossa o 3º Vice-
presidente do PCJ FEDERAL, para o mandato
2015/2017, e dá outras providências”:** O Sr. Leo
465 Urbano lembrou que o disposto no §3º do artigo 1º
da Deliberação dos Comitês PCJ nº 218/2015, de
27/03/2015, definiu que os órgãos do Governo
Federal definirão posteriormente o órgão, e
respectivo representante, que ocupará a vaga de 3º
470 Vice-presidente do PCJ FEDERAL e que a
Deliberação Comitês PCJ nº 232/15, de 12/08/15,



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

elegeu e empossou o 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Osvaldo Garcia, do Ministério da Integração Nacional, para o mandato 2015/2017.

475 Na sequência, o Sr. Léo Urbano informou que Ministério da Integração Nacional, encaminhou o Ofício nº 196/GM, datado de 22 de junho de 2016, à Secretária Executiva dos Comitês PCJ, que substituiu a representatividade do Ministério na 3ª

480 Vice-Presidência, e sua suplência no mandato 2015-2017 nos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ), indicando o Sr. Marcus Aurelius Aragão Vera, para compor a vaga de 3º Vice-presidente

485 dos Comitês PCJ, para o Mandato 2015-2017, que findará em março de 2017, em atendimento ao disposto no § 3º do artigo 1º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 218/2015, de 27/03/2015. Após os esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra

490 aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação com a indicação do Sr. Marcus Aurelius Aragão Vera, representante do Ministério da Integração Nacional, como 3º Vice-presidente dos Comitês

495 PCJ em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 257/2016, de 16/12/2016, que “Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento na modalidade “não reembolsável” com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2017, e dá outras providências”:**

500 O Sr. Leo Urbano iniciou explicando sobre o grupo de trabalho, criado no âmbito da CT-PL, para a proposição dos critérios de distribuição de recursos e a origem dos recursos a serem deliberados,

510 informando que os recursos da Cobrança Federal PCJ já estão comprometidos com o PAP (Programa de Aplicação Plurianual), conforme aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ. O sr. Leo Urbano explicou que para esta minuta existe material complementar, entregue na presente reunião, pois após a realização da 48ª Reunião

520 Extraordinária da CT-PL, realizada em Campinas/SP, no dia 11/11/2016, que apreciou a minuta de deliberação proposta pelo GT-Critérios o COFEHIDRO, publicou a Deliberações nº 171/2016, de 05/12/2016, que dispõe sobre

525 indicações ao FEHIDRO no período de 2017 a

2019 utilizando as estimativas de receita do Plano Plurianual do Estado de São Paulo - PPA e dá outras providências e a Deliberação COFEHIDRO nº 172/2016, de 05/12/2016, que altera o item 3.8

530 do Manual de Procedimentos Operacionais de Investimentos (MPO de Investimentos), que define procedimentos para fortalecer o FEHIDRO como fundo rotativo e dá outras providências. Ressaltou que houve então a inclusão de 3 considerandos na

535 minuta de deliberação, dos incisos de 1 a 3 do parágrafo 4º do art. 8 do anexo I, e foi feito um ajuste de redação. Em seguida, o Sr. Leo Urbano iniciou a apresentação sobre a proposta trabalhada pelo GT-Critérios e o cronograma do processo para

540 distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, para o exercício 2017, explicando a linha de trabalho adotada para as propostas apresentadas, que são similares ao ano de 2016, com a inclusão de critérios de pontuação

545 estabelecidos por GRUPO de empreendimentos, e desempate; com a possibilidade de indicações dos empreendimentos para financiamento na modalidade reembolsável, que ainda necessita de uma definição dos critérios gerais e específicos a serem elaborados; a distribuição de recursos do FEHIDRO e Cobrança PCJ Paulista de forma plurianualizada, caso o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH) venha a aprovar o normativo que a permita, onde

550 os Comitês PCJ poderão indicar empreendimentos até o montante apurado pela Agência das Bacias PCJ, de acordo com as regras estabelecidas pelo CRH, com acréscimo das alíneas h, i, j e k do Art. 5º do anexo 1º. Em seguida, o Sr. Leo Urbano

560 apresentou as propostas aprovadas no GT-Critérios, referentes aos percentuais destinados aos PDCs 3 (Recuperação da Qualidade de Corpos D'Água) e 5 (Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos), conforme porcentagens de valores máximos de distribuição em cada PDC,

565 aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e os termos do Decreto nº 51.449, de 29 de dezembro de 2006 e do Decreto nº 61.430, de 17 de agosto de 2015. Na sequência, o Sr. Leo Urbano apresentou a proposta de cronograma, esclarecendo as datas propostas. Detalhou os critérios de pontuação para os empreendimentos dos Grupos I e II. Ressaltou que cada candidato a tomador de recursos, poderá

570 inscrever apenas 2 (dois) empreendimentos para que seja submetido à análise da Agência das Bacias PCJ, e posteriormente, indicados para financiamento pelos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Leo Urbano passou a palavra para a Sra.



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

580 Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora
Técnica da Agência PCJ, que informou os
resultados e os valores disponíveis por PDC, na
situação atual, do orçamento de 2017, e simulações
de aplicação dos recursos. Após, o Sr. Leo Urbano
585 informou que será constituído no âmbito da CT-
PL, Grupo de Trabalho, para definição dos
critérios gerais e específicos para as indicações dos
empreendimentos para financiamento na
modalidade reembolsável. Na sequência, o Sr. Leo
590 Urbano abriu a palavra aos membros, que após as
manifestações dos Plenários, deliberam por
acrescentar um Parágrafo Único no Art. 1º do
Anexo I com a seguinte redação: “Parágrafo Único
- Deverão ser reservados 10% da disponibilidade
595 financeira dos Comitês PCJ, orçamento 2017, nas
fontes “compensação financeira/royalties e
Cobrança PCJ Paulista para contratação na
modalidade reembolsável, para ações previstas nas
prioridades de investimento, de acordo com os
600 termos da Deliberação COFEHIDRO nº 172/2016,
de 05/12/2016”. Após as manifestações, colocou a
proposta de Minuta de Deliberação dos Comitês
PCJ que Define cronograma e regras para seleção
de empreendimentos de Demanda Espontânea
605 visando à indicação para obtenção de
financiamento na modalidade “não reembolsável”
com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ
(federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos
hídricos, referentes ao orçamento de 2017, e dá
610 outras providências, com a inclusão do Parágrafo
Único no Art. 1º do Anexo I e as alterações
apresentadas, em votação, as quais foram
aprovadas por unanimidade. **4.5. Minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/16, de
615 16/12/2016, que: “Aprova o Plano de Aplicação
Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios
Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para
o exercício 2017-2020, e dá outras
providências”:** O Sr. Leo Urbano lembrou a todos
620 que no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011,
firmado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ,
em seu 1º Aditivo, conforme aprovado pela
Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de
16/12/2011, é previsto no Programa de Trabalho,
625 no Indicador Planejamento e Gestão, a elaboração
de Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em
consonância ao Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e
que os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº
163/12, de 14/12/2012, institui o Plano de
630 Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ
para o exercício 2013-2016, e deu outras
providências, como instrumento de planejamento

de médio prazo de ações relativas aos Programas
de Duração Continuada (PDC), estabelecendo-se
635 as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos
pelos Comitês PCJ ao longo de um período de
quatro anos. O Sr. Leo Urbano informou que
durante a 64ª Reunião Ordinária da CT-PL,
640 realizada no dia 06/05/2016, no Parque da Cidade,
em Jundiá/SP, o assunto foi apreciado e deliberou-
se que o GT-Critérios, constituído para a revisão
dos critérios gerais e específicos para seleção de
empreendimentos para financiamento com recursos
645 do FEHIDRO e das Cobranças PCJ (federal,
paulista e mineira) - orçamento de 2017, formado
por representantes da ASSEMAE, IPSA, P.M. de
Jaguariúna, SABESP, SAA/CATI, SSRH,
Sindicato Rural de Rio Claro, trabalhariam para
650 apreciar a proposta com ações constantes do PAP-
PCJ 2017-2020, apresentada pela Agência das
Bacias PCJ, visando: a análise e revisão dos
critérios gerais e específicos, acrescentando e
compatibilizando critérios, levando em
655 consideração o Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e
a estimativa de disponibilidade de recursos do
FEHIDRO e das Cobranças PCJ. Na sequência, o
Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio
Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias
660 PCJ, que apresentou a proposta de distribuição de
valores para o Plano Plurianual, ressaltando que
todas as ações apresentadas foram baseadas no
Plano de Bacias 2010-2020, e nas propostas
apresentadas pelas Câmaras Técnicas dos Comitês
665 PCJ, não podendo haver inclusões que não façam
menção ao mesmo. Após as explanações, o Sr. Leo
Urbano abriu espaço para manifestações dos
membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo
Urbano colocou a minuta de deliberação do Plano
670 da Aplicação Plurianual em votação, que foi
aprovada por unanimidade. **4.6. Pagamento pelo
Uso dos Recursos Hídricos- SABESP:** O Sr. Leo
Urbano informou que a Agência PCJ protocolou na
SE-PCJ em 29 de outubro de 2019, o Ofício
675 Agência das Bacias PCJ nº 259/2016, a qual
informou que a SABESP, suspendeu do pagamento
da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do
exercício 2016, pois a instituição entende que a
emissão dos Comunicados Conjuntos ANA/DAEE,
680 ocorridas em 2015, que restringiram a vazão
máxima captada, alteraram a outorga de direito de
uso de recursos hídricos e que, portanto, não
poderia ser utilizada a vazão de 31 m³/s como base
de cálculo para a cobrança pelo uso dos recursos
685 hídricos, tanto no âmbito federal quanto na
estadual paulista. E em decorrência de tal
entendimento por parte da SABESP, também não



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

690 poderia ser utilizado o coeficiente *Kmed extra*
previsto no inciso “b”, do §2º, do artigo 2º, da
Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº
078/2007, a qual trata da revisão dos mecanismos e
ratificação dos valores da cobrança em rios de
domínio da União, posteriormente aprovada pelo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH,
695 por meio da Resolução CNRH nº 78, de
10/12/2007. Em contato com a Agência PCJ,
através dos ofícios MA 044/2016 e 070/2016 –
MAR, datados de 23/06/2016 e 10/10/2016, a
SABESP pleiteia, com base nesses entendimentos,
700 a revisão dos valores cobrados para o exercício de
2016, referentes a cobrança pelo uso dos recursos
hídricos nas Bacias PCJ, tanto na esfera federal
quanto na estadual paulista. Na sequência, o Sr.
Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera,
705 Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que
informou que o assunto está em discussão entre a
Agência das Bacias PCJ e sua consultoria jurídica,
bem como com a área de cobrança da Agência
Nacional de Águas – ANA, no intuito de elucidar
710 os fatos e verificar os entendimentos jurídicos
sobre o assunto. No entanto, cabe salientar que a
SABESP, por iniciativa própria, deixou de efetuar
os pagamentos dos boletos com vencimento no
mês de junho de 2016 e posteriores. No que se
715 refere à emissão dos Comunicados Conjuntos
ANA/DAEE, ocorridos em 2015, é entendido por
parte da Agência PCJ que não ocorreu alteração e
nem tampouco cancelamento dos termos da
outorga pelo uso dos recursos hídricos, constantes
720 na Portaria DAEE nº 1.213, de 06/08/2004, cujos
termos foram prorrogados por meio da Portaria
DAEE nº 1.396, de 11/07/2014, e, posteriormente,
prorrogada mais uma vez por meio da Portaria
DAEE nº 3.288, de 26/10/2015, o qual destaca-se a
725 vazão de 31 m³/s. Porém, também entende-se que
os Comunicados Conjuntos ANA/DAEE, emitidos
em 2015, ao limitar a retirada máxima de água do
Sistema Cantareira, obrigou a SABESP a utilizar
menos de 70% da sua vazão outorgada e que,
730 portanto, não deveria ser cobrado da SABESP o
coeficiente *Kmed extra* mencionado anteriormente,
pois não foi decisão voluntária do usuário a não
utilização da água. Contudo, até o momento, há
divergência entre a posição da Agência das Bacias
735 PCJ e a posição da Sabesp em relação aos valores
boletados da cobrança do exercício 2016. Após os
expostos, O Sr. Leo Urbano, informou que há uma
solicitação de manifestação dos Comitês PCJ sobre
este assunto e de que, havendo uma manifestação
740 da Sabesp e considerando a necessidade de se
tramitar esse assunto nos Conselho Nacional de

Recurso Hídricos (CNRH) e Conselho Estadual de
Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH),
pediu que os plenários delegassem para a Câmara
745 Técnica de Planejamento (CT-PL), através de um
grupo a ser constituído para discussão,
acompanhamento do assunto e manifestação sobre
a dispensa do pagamento do *Kmed extra*,
apresentando uma proposta para a devida
750 aprovação dos Comitês PCJ, devendo ainda ser
aprovado um complemento (parágrafo) na
Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 078, de
05/10/2007, artigo 2º, bem como na Deliberação
Conjunta dos Comitês PCJ nº 048, de 05/10/2007,
755 artigo 7º, para posterior envio ao CNRH e CRH
para aprovação, tendo em vista o prazo de
realização de uma próxima reunião Plenária. Após
as explanações, o Sr. Leo Urbano abriu espaço
para manifestações dos membros. Os Srs. Roberto
760 Mario Polga (representante CIESP – DR Bragança
Paulista, CIESP - DR Indaiatuba e CIESP - DR
Jundiáí); Alexandre Luis A. Vilella (representante
FIESP); e Hugo Marcos Piffer Leme (representante
da ASSEMAE); solicitaram a palavra e se
765 manifestaram sobre os argumentos e
posicionamento da questão. Após as diversas
manifestações e esclarecimentos, o Sr. Leo Urbano
colocou em votação a proposta de delegação à CT-
PL para discussão e acompanhamento do assunto,
770 sendo que as tratativas continuam e há
entendimento para agendar nova reunião da CT-PL
para negociação em busca de acordo, que foi
aprovado por unanimidade. **4.7. Minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 259/16, de
775 16/12/2016, que: “Aprova plano de trabalho e
proposta orçamentária anual da Fundação
Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios
Piracicaba, Capivari e Jundiáí – exercício 2017
e dá outras providências”:** O Sr. Leonildo
780 Urbano informou que ocorreram, na data de
04/11/2016, em Piracicaba/SP, as reuniões do
Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da
Fundação Agência PCJ, quando foram
apresentadas e aprovadas, para serem apreciadas
785 pelos Comitês PCJ, as propostas de plano de
trabalho e previsão orçamentária da Agência das
Bacias PCJ referentes ao ano de 2017, destacando
os percentuais para custeio da Fundação Agência
das Bacias PCJ, de 10% provenientes da cobrança
790 pelo uso de recursos hídricos de domínio do estado
de São Paulo, e de 7,5% provenientes da cobrança
pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.
1) Previsão Orçamentária: Na sequência, passou
a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente
795 da Agência das Bacias PCJ, que realizou a



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

apresentação resumida da Proposta Orçamentária 2017, conforme material distribuído aos presentes, destacando a atualização dos PUBs da Cobrança Federal e da Cobrança Estadual Paulista, e esclareceu que a estimativa de arrecadação apresentada foi feita com base nas declarações dos usuários para a previsão de captação e lançamento dos usos outorgados dos recursos hídricos. 2) **Plano de Trabalho 2017:** O Sr. Sergio Razera lembrou que a Agência das Bacias PCJ contratou empresa especializada para realizar o Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, visando determinar de forma clara e objetiva as reais atividades de seu corpo funcional, passando pela fase de declarações corporativas e dando continuidade ao planejamento proposto junto às Coordenações da Agência PCJ, que resultou no plano de trabalho a ser apresentado. Ressaltou, que a partir das bases do Plano de Trabalho, será realizado o detalhamento das ações, visando nortear a equipe nas tarefas cotidianas necessárias à implementação – bem como a definição – de indicadores de desempenho para avaliação das atividades da gestão. Outras ações poderão ser incorporadas ao longo do exercício, caso haja percepção de novos desafios e oportunidades em que a Agência das Bacias PCJ deva se inserir. O Sr. Sergio Razera realizou uma apresentação concisa do Plano de Trabalho 2017, destacando as atividades da Assessoria de Comunicação e da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, dos trabalhos e das atividades das Coordenações da Área Técnica e dos trabalhos e das atividades das Coordenações Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ, destacando a importância do desenvolvimento de ações na área de Tecnologia de Informação. Na sequência, o Sr. Leonildo Urbano abriu a palavra aos membros, e, não havendo manifestações, colocou a minuta de deliberação com as propostas do plano de trabalho e da previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2017, em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.8. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 260/16, de 16/12/2016, que “Aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 – ano base 2015”, incluindo o “Plano de Ação”, o “Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019”, o “Relatório de Informações Básicas do Processo de Revisão do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020”, e dá outras providências”:** O Sr. Leonildo Urbano informou que o “Relatório de Situação das Bacias 850 Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2016 (ano base 2015)”, foi preparado pelos representantes da Agência das Bacias PCJ e da Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB). No âmbito da CT-PB foi constituído 855 grupo de trabalho que analisou e propôs o conteúdo do relatório, sendo apreciado e aprovado, o relatório em questão, na 68ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 26/10/2016, em Jundiá/SP, que encaminhou para a apreciação da 860 Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. O Sr. Leonildo Urbano comentou sobre a importância do relatório, tendo em vista que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – FEHIDRO usa o mesmo 865 como um de seus instrumentos para pontuação dos CBHs para a distribuição de recursos, oriundos do FEHIDRO, aos comitês paulistas, e que deve ser enviado à Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do 870 Estado de São Paulo (CRHi), até a data de 31 de dezembro de 2016, sendo necessária a aprovação através de Deliberação dos Comitês PCJ. Na sequência informou que após a realização da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada em 875 Campinas/SP, no dia 11/11/2016, que apreciou a minuta de deliberação proposta pela CT-PB e Agência das Bacias PCJ, o CRH e o COFEHIDRO, publicaram a Deliberação CRH “Ad Referendum” nº 188/2016, de 09/11/2016, que definiu a necessidade de complementação dos 880 conteúdos dos relatórios discutidos no âmbito das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, e que foi publicada após a reunião da CT-PL, em 23/11/2016; e a Deliberação COFEHIDRO nº 885 171/2016, de 05/12/2016, que dispõe sobre indicações ao FEHIDRO no período de 2017 a 2019, utilizando as estimativas de receita do PPA, resultando na alteração do Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019, que 890 foi elaborado com base em estimativas de repasse de recursos financeiros do FEHIDRO e com a novidade da Cobrança Paulista, apresentados pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e será integralmente substituído com a 895 finalização do processo de revisão do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, sendo adequados o texto da minuta de deliberação e o Plano de Ação para o Quadriênio 2016-2019 da UGRHI 5, com a 900 estimativa da cobrança estadual. Na sequência, convidou o Sr. Diogo B. Pedrozo, colaborador da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ, para apresentar o relatório. O Sr.



Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

Pedroso informou que seria apresentada a síntese do processo para elaboração do Relatório de Situação PCJ – 2016 (ano base 2015), conforme metodologia e procedimentos estabelecidos pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Após, o Sr. Pedroso explanou sobre os dados técnicos e o escopo do Relatório de Situação de 2015, das Bacias PCJ, discorrendo sobre os indicadores: disponibilidade das águas; demanda de água; balanço hídrico; saneamento básico; abastecimento de água; esgotamento sanitário (coleta, tratamento e eficiência); qualidade de águas superficiais; e avaliação da gestão do CBH-PCJ (período 2014-2015), apresentando os critérios de avaliação do relatório além das inclusões e modificações que foram propostas no documento base. Na sequência, apresentou o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019, constantes como anexos ao “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 - ano base 2015”, ressaltando que o Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019 foi elaborado com base em estimativas de repasse de recursos financeiros do FEHIDRO e Cobrança Paulista, apresentados pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Após, o Sr. Leonildo Urbano, abriu a palavra para manifestação dos membros e, não havendo mais manifestações, submeteu o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2016 aos plenário o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Sr. Leonildo Urbano apresentou a Minuta de Deliberação que aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 – ano base 2015”, sendo aprovada por unanimidade. **4.9. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 261/16, de 16/12/2016, que “Aprova a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiaí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3 e dá outras providências”:** O Sr. Leo Urbano lembrou que a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, protocolou em 04/02/2016, o Ofício CT-OL nº 04/2016, que trata do reenquadramento de trechos do rio Jundiaí, da classe 4 para a classe 3, em atendimento a solicitação da CETESB e de acordo com o Plano de Bacias 2010-2020. E que na ocasião da 63ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2016, no município de Atibaia/SP, a CT-PL apreciou o assunto e deliberou pela realização de reunião

conjunta entre as Câmaras Técnica de Outorgas e Licenças, Saneamento, Plano de Bacias e Uso e Conservação da Água na Indústria, para elaboração de proposta reenquadramento de trechos do rio Jundiaí. Na ocasião da 64ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, realizada em 06/05/2016, no município de Jundiaí/SP, não houve, por parte dos membros da CT-PL, consenso sobre a proposta; sendo a mesma adequada e apresentada e aprovada na ocasião da 48ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada em 11/11/2016, no Centro de Conhecimento da Água, em Campinas/SP, com as adequações para proposta de reenquadramento de trechos do rio Jundiaí. Na sequência passou a palavra para a Sra. Cecilia Aranha, Coordenadora-adjunta da CT-OL que informou que após revisão, posterior a aprovação pela CT-PL, foi necessário a algumas alterações relacionadas ao português e ao texto do item 4. PROGRAMA DE EFETIVACAO DO ENQUADRAMENTO - 4.1 - Recomendações para os órgãos gestores de recursos hídricos e de meio ambiente, do documento Proposta de Atualização do Enquadramento para os Trechos de Classe 4 do Rio Jundiaí, apresentando as mesmas. Após passou a palavra ao Sr. Domênico Tremaroli, gerente da Agência CETESB Jundiaí, que apresentou a formalização da proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiaí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3, em especial sobre o programa de efetivação do enquadramento. Após a finalização da apresentação, a palavra foi aberta para manifestação dos membros. Não havendo manifestações, na sequência, o Sr. Leonildo Urbano apresentou a Minuta de Deliberação que aprova a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiaí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3 e dá outras providências, sendo aprovada por unanimidade, juntamente com o documento “Proposta de Atualização do Enquadramento para os Trechos de Classe 4 do Rio Jundiaí”. Na sequência informou que a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ providenciará o encaminhamento desta deliberação, junto com o relatório resumo do “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d’Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d’Água até o ano de 2035” e os documentos pertinentes ao assunto apresentados pela Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ e CETESB, para a apreciação e

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 18ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jaguariuna/SP, em 16/12/2016

manifestação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. **5.**
1015 **Encerramento:** O Sr. Leo Urbano informou que a partir de 31/12/2016, o Presidente dos Comitês PCJ e Prefeito de Piracicaba, Gabriel Ferrato deixa de ser membro dos Comitês PCJ, após anos de trabalhos em prol a gestão de recursos hídricos, tendo um papel importantíssimo para que os

1020 Comitês PCJ desenvolvessem suas funções na gestão de recursos hídricos. O Sr. Leo Urbano agradeceu ao Sr. Gabriel Ferrato pelo intenso trabalho realizado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Leo Urbano, agradeceu a presença de todos e
1025 deu a reunião por encerrada.

**LEONILDO EDNILSON
URBANO**
Secretário-executivo
Comitês PCJ

**JEFFERSON BENEDITO
RENNÓ**
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ
FEDERAL

**GABRIEL FERRATO DOS
SANTOS**
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL